

ALINE OSORIO  
PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO  
LUNA VAN BRUSSEL BARROSO  
*Coordenadoras*

# DIREITOS E DEMOCRACIA

10 anos do Ministro  
Luís Roberto Barroso no STF

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

©2023 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598      Direitos e democracia: 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF / Aline Osorio, Patrícia Perrone Campos Mello, Luna van Brussel Barroso. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 900p. 17x24 cm

ISBN 978-65-5518-555-3

1. Direito constitucional. 2. Jurisprudência constitucional. 3. Jurisdição constitucional. 4. Democracia. 5. Direitos fundamentais. 6. Igualdade. I. Osorio, Aline. II. Mello, Patrícia Perrone Campos. III. Barroso, Luna van Brussel. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OSORIO, Aline; MELLO, Patrícia Perrone Campos; BARROSO, Luna van Brussel (Coord.). *Direitos e democracia: 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 900p. ISBN 978-65-5518-555-3.

PREFÁCIO

<b>Carlos Ayres Brito</b> .....	27
---------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

10 ANOS DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	29
Uma homenagem.....	29
A revolução dos direitos.....	30
A revolução do republicanismo .....	30
A revolução da eficiência.....	31

HOMENAGEM DOS SERVIDORES DO GABINETE DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO .....	33
---	----

PARTE I  
HOMENAGENS DE MINISTROS DO STF

PROTEGENDO A LIBERDADE NA LUTA PELA DEMOCRACIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>Rosa M. Weber</b> .....	37
1    Introdução.....	37
2    O combate à desinformação comprometedora da integridade do processo eleitoral.....	38
3    O combate à desinformação e a preservação da liberdade de expressão no Supremo Tribunal.....	41
4    Conclusão.....	45
Referências .....	46

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DOIS PARADIGMAS DE REGULAÇÃO

<b>Gilmar Mendes, Victor Oliveira Fernandes</b> .....	47
1    Proteção negativa da liberdade de expressão e regimes de autorregulação das plataformas.....	49
2    Regulação procedimental das plataformas.....	52
3    Conclusão .....	54

OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A ADPF Nº 709

<b>José Antonio Dias Toffoli</b> .....	57
1    Introdução.....	57
2    História e evolução dos direitos dos povos indígenas .....	58
3    Direitos dos povos indígenas na Constituição da República de 1988.....	62
4    A jurisprudência sobre direitos dos povos indígenas do Supremo Tribunal Federal.....	63
5    A ADPF nº 709 e o direito à saúde dos povos indígenas .....	66
6    Conclusão.....	70
Referências .....	71

RACIONALIDADE NO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DO RE Nº 631.240/MG

<b>Luiz Fux</b> .....	75
Prólogo .....	75
Introdução.....	76

1	Acesso à justiça e filtragem de demandas frívolas .....	77
2	O Recurso Extraordinário nº 631.240/MG .....	80
	Conclusão.....	83
	Referências .....	84

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO STF:  
EXCERTO DE UMA DÉCADA

<b>Luiz Edson Fachin, Christine Peter da Silva</b> .....	87	
1	Introito.....	87
2	Da soberania judicial ao controle de convencionalidade.....	88
2.1	Da soberania judicial: entre limites e possibilidades.....	88
2.2	Da transterritorialidade das normas de direitos humanos.....	89
2.3	Do controle de convencionalidade e seus desafios no Brasil .....	90
2.4	Diálogos constitucionais judiciais multinível .....	92
3	Jurisprudência do STF e os precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos: um excerto desde 2013.....	94
3.1	Devido processo legal e transferência de preso para presídio federal.....	94
3.2	Demarcação e titulação das terras quilombolas .....	95
3.3	Proibição de dupla persecução penal e <i>ne bis in idem</i> .....	95
3.4	Liberdade de expressão x crime de desacato.....	95
3.5	Operações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro .....	96
3.6	Superlotação em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes.....	96
4	Palavras de arremate .....	97
	Referências .....	97

A LIBERDADE DO CANDIDATO E O RESPEITO AO ESTADO DEMOCRÁTICO  
DE DIREITO E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

<b>Alexandre de Moraes</b> .....	99
----------------------------------	----

BREVES REFLEXÕES SOBRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS, A DIGNIDADE  
HUMANA E A BUSCA PELA FELICIDADE

<b>Kassio Nunes Marques, Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera</b> .....	109	
1	A busca da felicidade ao longo dos séculos.....	109
2	A evolução do conceito de busca da felicidade e a dignidade da pessoa humana.....	111
3	Os fluxos migratórios e a busca da felicidade .....	114
3.1	União Europeia .....	114
3.2	Contexto atual da imigração na Espanha.....	116
3.3	A rota do Mediterrâneo ocidental.....	117
3.4	Contexto atual da imigração ucraniana.....	119
3.5	Contexto da imigração no Brasil .....	120
4	Conclusões .....	120

SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA LINDB: PRINCÍPIOS PARA A  
CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DE JUSTIÇA

<b>André Luiz de Almeida Mendonça</b> .....	123	
1	Introdução.....	123
2	O advento da Lei nº 13.655/2018.....	124
3	Os novos parâmetros interpretativos trazidos pela Lei nº 13.655/2018 .....	126
4	Conclusão.....	131
	Referências .....	131

DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

<b>Ricardo Lewandowski</b> .....	133
Referências .....	137

AINDA E SEMPRE A SEGURANÇA JURÍDICA

<b>Marco Aurélio Mello</b> .....	139
----------------------------------	-----

I	Introdução.....	139
II	Significado e algumas concretizações do princípio da segurança jurídica .....	140
III	Inconstitucionalidade da ausência de prazo para ação rescisória – Art. 535, §8º, do CPC de 2015.....	147
IV	Conclusão .....	152

PARTE II  
HOMENAGENS DA ACADEMIA  
II.1 ACADÊMICOS(AS) INTERNACIONAIS

IN HONOR OF JUSTICE LUÍS ROBERTO BARROSO, ON HIS TENTH YEAR ON THE BRAZILIAN SUPREME COURT

<b>Harold Hongju Koh</b> .....	157
--------------------------------	-----

THE SPIRIT OF BRAZILIAN LAW – FOR LUIS ROBERTO BARROSO

<b>Paulo Barrozo</b> .....	161
Preface .....	161
The Spirit of Brazilian Legal Thought .....	162
History, Reason and Democracy .....	170
Spirit and Agency .....	173

CONSTITUTIONAL UNAMENDABILITY IN BRAZIL AND THE WORLD

<b>Richard Albert, Bruno Santos Cunha, Matheus de Souza Depieri</b> .....	175
Introduction – Unamendability in Constitutional Design .....	175
I    The Functions of Unamendability .....	177
A) Identity .....	177
B) Stability.....	178
C) Emergency .....	179
II   Unamendable Structures and Rights in Brazil .....	180
A) Unamendable Rules in Brazil Before 1988 .....	180
B) Constitutional Amendments in the Brazilian National Constituent Assembly of 1987-88 .....	183
C) Amendment Rules and Unamendability in the Constitution of 1988.....	186
III  Unamendable Rules in Practice .....	190
A) The Republican Form of Government .....	191
B) Individual Rights and Guarantees .....	193
C) Double Constitutional Revision .....	194
Conclusion – The Future of Unamendability in Brazil .....	196

JUDICIAL REVIEW FOR DEFECTIVE DEMOCRACIES

<b>Roberto Gargarella</b> .....	197
Required, possible but unlikely .....	199
Judicial review in defective deliberative democracies .....	200
Conclusion and final reflections .....	206
Bibliography .....	207

JUDGES IN A DEMOCRACY – IN HONOR OF JUSTICE LUÍS ROBERTO BARROSO – BRAZILIAN SUPREME COURT

<b>Rosalie Silberman Abella</b> .....	209
---------------------------------------	-----

BARROSO AND RESPONSIVE JUDICIAL REVIEW

<b>Daniel Bogéa, Rosalind Dixon</b> .....	213
I    Introduction.....	213
II   Barroso’s Constitutional Jurisprudence .....	214
III  Responsive Judicial Review and Its Relatives .....	217
IV   Conclusion .....	222

## II.2 ACADÊMICOS(AS) NACIONAIS

*HATE SPEECH* E POLARIZAÇÃO AFETIVA: QUANDO O ÓDIO SE TORNA ILEGAL?

<b>Ademar Borges</b> .....	233
Nota introdutória sobre o homenageado e o tema: a liberdade de expressão na obra do Ministro Luís Roberto Barroso.....	233
1 Delimitação do tema: o desafio atual da discriminação baseada em identidades políticas.....	236
2 A polarização afetiva e o fenômeno do partidismo .....	237
3 Aproximações entre discurso de ódio e partidismo .....	241
4 Por que o regime jurídico do discurso de ódio não serve para lidar com o partidismo?.....	243
Conclusão.....	249
Referências .....	250

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO NA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E NA SUA REGULAMENTAÇÃO

<b>Alexandre Santos de Aragão</b> .....	251
1 Nota prévia: homenagem e gratidão a pessoa decisiva .....	251
2 Introdução.....	252
3 Breve histórico.....	255
4 Pressupostos de um sistema geral de AIR .....	256
5 Etapas essenciais da AIR.....	257
6 Institutos afins.....	260
7 A disciplina (ou a insuficiência de disciplina) na Lei de Liberdade Econômica.....	261
8 Conclusões .....	262
Referências .....	263

## DELIBERAÇÕES LEGISLATIVAS BEM-INFORMADAS E CONSCIENTES E A CONSTITUIÇÃO

<b>Ana Paula de Barcellos</b> .....	265
Introdução: o que e o como .....	265
As três manifestações do Ministro Luís Roberto Barroso e seu contexto .....	266
Cultura constitucional de justificação e devido processo legislativo no sistema constitucional brasileiro .....	269
Deliberação consciente e bem-informada e incentivos .....	272
Referências .....	273

## A REPARAÇÃO NÃO PECUNIÁRIA DOS DANOS MORAIS À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL, DO DIREITO CIVIL E DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

<b>Anderson Schreiber</b> .....	275
1 Uma palavra sobre o homenageado .....	275
2 A reparação dos danos morais e o dilema suscitado pelo julgamento do Recurso Extraordinário nº 580.252/MS .....	275
3 A reparação exclusivamente em dinheiro: insuficiências e ineficácias.....	278
4 Reparação não pecuniária dos danos morais .....	280
5 Aspectos processuais da reparação não pecuniária .....	282
6 À guisa de conclusão: a vitória de um voto vencido .....	283
Referências .....	284

## O MIN. BARROSO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DA DOCTRINA À PRÁTICA

<b>André Cyrino, Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz, Alice Voronoff</b> .....	287
I Registros iniciais e apresentação do estudo.....	287
II A liberdade de expressão na Constituição de 1988 .....	289

III	Aportes teóricos sobre as liberdades de expressão e de imprensa. Perspectivas substantiva e instrumental .....	290
IV	As liberdades de expressão e de imprensa segundo o Ministro Barroso .....	292
V	Encerramento .....	298
	Referências .....	299

## CONSULTA NA JUSTIÇA ELEITORAL: DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA À FUNÇÃO JURISDICIONAL

<b>Antonio do Passo Cabral</b> .....	301	
1	Introdução.....	301
2	A função consultiva da Justiça Eleitoral. Previsão normativa, utilidade e escopo .....	302
2.1	Posição da doutrina e da jurisprudência tradicionais: natureza não jurisdicional da consulta eleitoral.....	303
2.2	Pressupostos de cabimento da consulta eleitoral.....	303
2.3	Eficácia e estabilidade processual da resposta à consulta eleitoral. A questão da vinculatividade .....	305
3	As alterações à LINDB no ano de 2018. Previsão genérica para função estatal de consulta. Direito do jurisdicionado e dever judicial de resposta opinativa..	306
4	Mudança de entendimento do TSE a respeito da natureza jurisdicional da consulta eleitoral .....	307
5	Conclusão e perspectivas para desenvolvimento do tema.....	308
	Referências .....	309

## O DIREITO ADMINISTRATIVO DE PUNIR O TEMPO LEVA

<b>Carlos Ari Sundfeld</b> .....	311	
	Introdução.....	311
1	A pretensão concreta de sancionar e a segurança jurídica constitucional .....	314
2	A jurisprudência constitucional sobre prescrição em matéria administrativa fora do Executivo .....	317
3	A jurisprudência constitucional sobre extinção temporal das pretensões sancionadora e de invalidação no Executivo .....	319
4	A jurisprudência do STJ sobre extinção temporal das pretensões sancionadora e de invalidação .....	320
	Conclusão.....	326
	Referências .....	328

## A CONTRIBUIÇÃO DO STF EM PROL DA EVOLUÇÃO DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

<b>Carmen Tiburcio</b> .....	331	
	Introdução.....	331
1	A imunidade de jurisdição .....	332
2	Relativização do princípio.....	333
3	Exceções às imunidades tradicionalmente aceitas no direito internacional .....	336
3.1	Imunidade de jurisdição nas relações trabalhistas .....	336
3.2	Imunidade de jurisdição em litígios de natureza comercial .....	338
3.3	Imunidade de jurisdição em atos ilícitos.....	338
4	A imunidade de jurisdição em violações de direitos humanos .....	341
	Conclusões .....	344

## A DUPLA FEIÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LAICIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO ROBERTO BARROSO PARA A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

<b>Cláudia Beeck Moreira de Souza, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gustavo Buss</b> .....	345	
	Introdução.....	345
	As propostas do Ministro Roberto Barroso sobre a argumentação jurídica .....	346
	A tensão entre as duas feições do princípio da laicidade .....	350
	Conclusão.....	353
	Referências .....	354

AUTORITARISMO, GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO

<b>Clèmerson Merlin Clève</b> .....	357
1 Prolegômenos.....	357
2 Desenho constitucional, reforma e inflação normativa.....	359
3 Democracia e governabilidade.....	360
4 Democracia e tentação autocrática.....	360
5 Erosão democrática e Administração Pública.....	364
6 A tramitação de uma proposta de emenda constitucional como exemplo eloquente.....	365
7 Concluindo.....	368
Referências.....	368

LIBERALISMO, DEMOCRACIA E A PROTEÇÃO JUDICIAL DE GRUPOS  
OPRIMIDOS: A FILOSOFIA CONSTITUCIONAL DE LUÍS ROBERTO BARROSO E  
O ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO

<b>Daniel Sarmiento</b> .....	371
1 Introdução.....	371
2 Breves notas sobre a filosofia constitucional de Luís Roberto Barroso.....	372
3 Sociedade civil e jurisdição constitucional: uma nova interpretação do art. 103, IX, da Constituição.....	378
4 Conclusão.....	383
Referências.....	384

MUDANÇA CLIMÁTICA E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: IMPACTO  
TRANSFORMADOR DO VOTO DO MINISTRO BARROSO NA ADPF Nº 708

<b>Flavia Piovesan</b> .....	387
1 Introdução.....	387
2 Argumentos centrais do voto do Ministro Barroso.....	388
2.1 Violação do dever internacional do Estado brasileiro de proteger o meio ambiente e de combater as mudanças climáticas.....	388
2.2 Violação do dever constitucional da União de proteger o meio ambiente e de combater as mudanças climáticas.....	389
2.3 Vedação ao retrocesso em matéria ambiental e vedação à proteção insuficiente.....	389
3 Impacto transformador.....	390
Referências.....	392

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL, INSTRUMENTALIDADE DE FORMAS  
LEGISLATIVAS E AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL

<b>Gustavo Binbenojm</b> .....	393
I Nota prévia.....	393
II A autonomia do Banco Central: justificativas políticas e objeções constitucionais.....	393
III O voto do Ministro Luís Roberto Barroso: instrumentalidade de formas legislativas e autocontenção judicial.....	395
III.1 A instrumentalidade de formas legislativas.....	395
III.2 A autocontenção judicial.....	396
IV Conclusão.....	397

A LAICIDADE NO STF: UM CONCEITO CONSTITUCIONAL EM DISPUTA

<b>Jane Reis Gonçalves Pereira, Danielle de Carvalho Pacheco de Melo</b> .....	399
Referências.....	405

DIREITO, CONSENSO CIENTÍFICO E CONTROLE: APONTAMENTOS SOBRE O  
VOTO DO MIN. BARROSO NA ADI Nº 6.421-MC

<b>José Vicente Santos de Mendonça, Felipe Romero</b> .....	407
1 Introdução.....	407
2 Direito e consenso científico.....	410

3	Incorporando parâmetros científicos ao controle da ação estatal .....	412
4	Encerramento .....	416
	Referências .....	416

## O DIREITO ADMINISTRATIVO, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ATUAÇÃO DO MINISTRO ROBERTO BARROSO

<b>Marçal Justen Filho</b> .....	419
1 Ainda a constitucionalização do direito administrativo.....	419
1.1 Ainda os vínculos entre o direito constitucional e o direito administrativo.....	419
1.2 O enfoque prevalente quanto à “supremacia do interesse público” .....	420
1.3 A Constituição de 1988 e a supremacia dos direitos fundamentais.....	420
1.4 A revisão do conceito de “interesse público” .....	421
1.5 A eliminação do conceito de supremacia estatal .....	421
1.6 A eliminação da “supremacia” do “interesse público”.....	421
1.7 A Constituição de 1988 e a sobrevivência do direito administrativo anterior ...	422
1.8 A atuação decisiva do STF.....	422
2 A atuação afirmativa do Poder Judiciário e suas implicações .....	423
2.1 A questão da separação de poderes.....	424
2.2 A questão da alocação de recursos escassos.....	424
2.3 O enfrentamento amplo das questões pelo Ministro Roberto Barroso.....	424
3 Oito votos do Ministro Roberto Barroso .....	424
3.1 O RE nº 592.581-RS .....	424
3.1.1 A causa .....	424
3.1.2 O recurso extraordinário .....	425
3.1.3 A repercussão geral (Tema nº 220).....	425
3.1.4 O julgamento do recurso extraordinário.....	425
3.1.5 O voto do Ministro Roberto Barroso.....	425
3.2 O RE nº 566.471-RN .....	426
3.2.1 A causa .....	426
3.2.2 O recurso extraordinário .....	426
3.2.3 A repercussão geral (Tema nº 6) .....	427
3.2.4 O julgamento do recurso extraordinário.....	427
3.2.5 O voto-vista do Ministro Roberto Barroso .....	427
3.3 O RE nº 888.815-RS .....	429
3.3.1 A causa .....	429
3.3.2 A repercussão geral (Tema nº 822) .....	429
3.3.3 O julgamento do recurso extraordinário.....	429
3.3.4 O voto do Ministro Barroso.....	429
3.4 A ADI nº 6.241 MC/DF (e outras conexas) .....	430
3.4.1 A causa .....	430
3.4.2 O julgamento das ADIs .....	430
3.4.3 O voto do Ministro Barroso.....	430
3.5 A ADPF nº 709 MC-REF/DEF .....	431
3.5.1 A causa .....	431
3.5.2 A ação de descumprimento de preceito fundamental .....	431
3.5.3 O julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental .....	431
3.5.4 O voto do Ministro Barroso.....	432
3.6 A ADI nº 6.586-DF .....	432
3.6.1 A causa .....	432
3.6.2 A ação de descumprimento de preceito fundamental .....	432
3.6.3 O julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental.....	432
3.6.4 O voto do Ministro Barroso.....	432
3.7 A ADPF nº 622-DF .....	433
3.7.1 A causa .....	433
3.7.2 O julgamento da ação de descumprimento de preceito fundamental.....	433
3.7.3 O voto do Ministro Barroso.....	434
3.8 A ADPF nº 708-DF .....	434
3.8.1 A causa .....	434

3.8.2	O julgamento .....	434
3.8.3	O voto do Ministro Barroso.....	434
3.9	Síntese.....	435
4	A supremacia dos direitos fundamentais .....	435
4.1	O reconhecimento de um eventual “direito natural” .....	435
4.2	A preocupação com soluções efetivas e concretas.....	435
4.3	A atividade interpretativa e o contexto concreto da realidade .....	436
4.3.1	As implicações no tocante à atividade administrativa.....	436
4.3.2	A inviabilidade do controle de validade em abstrato .....	436
4.3.3	Os limites da interpretação e da discricionariedade .....	437
4.4	O enquadramento do “interesse público” no contexto dos direitos fundamentais.....	437
4.4.1	A referência ao interesse público objetivo e autônomo.....	437
4.4.2	O controle das ponderações realizadas pela autoridade administrativa .....	438
4.4.3	Atividade administrativa, direitos fundamentais e Poder Judiciário .....	438
5	A eficácia dos direitos fundamentais e as competências não jurisdicionais.....	438
5.1	O poder-dever de tutela à Constituição .....	438
5.2	As novas concepções sobre “legalidade” administrativa .....	439
5.2.1	A legitimidade administrativa clássica.....	439
5.2.2	A supremacia dos direitos fundamentais e suas implicações sobre a Administração .....	439
5.2.3	A restrição à margem de autonomia administrativa.....	439
5.3	O regime variável em vista da relevância dos bens jurídicos .....	439
5.3.1	As decisões administrativas pertinentes a bens jurídicos fundamentais .....	439
5.3.2	A restrição à autonomia para correr riscos .....	440
5.3.3	A ausência de autonomia para avaliar os riscos e as soluções.....	440
5.3.4	Ainda a subordinação ao conhecimento técnico-científico prevalente.....	440
5.3.5	A violação ao conhecimento técnico-científico e o “erro grosseiro” .....	440
5.4	A questão da reserva do possível .....	441
5.4.1	As determinações constitucionais .....	441
5.4.2	As escolhas “trágicas” .....	441
5.5	As soluções “democráticas” .....	441
5.5.1	A decisão dos representantes eleitos pelo povo.....	441
5.5.2	A função contramajoritária .....	441
5.5.3	A ausência de necessidade de provocação pelo próprio interessado .....	442
6	A atuação subsidiária do Estado .....	442
6.1	A tutela aos grupos vulneráveis.....	442
6.2	As diferentes capacitações dos sujeitos para autossatisfação .....	442
6.3	A atuação estatal para a defesa dos vulneráveis.....	442
6.4	Ainda o problema da isonomia .....	443
6.5	A variação da solução em vista das circunstâncias .....	443
7	A preservação das competências não jurisdicionais e a intervenção judicial ...	443
7.1	Ainda a separação de poderes .....	443
7.2	Ainda a questão da legitimidade democrática.....	443
7.3	Ainda a questão da ausência de expertise .....	443
7.4	A autocontenção do Poder Judiciário .....	444
8	A difusão de processos estruturais .....	444
8.1	As inovações provenientes da experiência estadunidense.....	444
8.2	A introdução de processos estruturais no Brasil .....	445
8.3	A orientação de Barroso.....	446
8.3.1	A rejeição à emissão de provimento “satisfativo” .....	446
8.3.2	A convocação da comunidade e do Poder Público para a discussão.....	446
8.3.3	A fixação dos fins e a determinação da indicação dos meios.....	446
9	As implicações para o direito administrativo.....	446
	Referências .....	447

INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA DO TIPO PENAL DO ABORTO  
NO CASO DE INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GESTAÇÃO NO PRIMEIRO  
TRIMESTRE: O LEGADO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO HC Nº 124.306

<b>Marina Bonatto, Melina Girardi Fachin</b> .....	449
1 O contexto: o tema do aborto na região e o papel da jurisdição constitucional	449
2 O feito: HC nº 290.341/RJ e o voto do Ministro Luís Roberto Barroso.....	452
3 O fundamento: as violações de direitos das mulheres decorrentes da tipificação do aborto.....	453
4 Um caminho possível: a inconstitucionalidade da tipificação do aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre.....	458
5 O legado: a importância do voto-vista do HC nº 124.306 da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso.....	460
Referências .....	461

O ESVAZIAMENTO DE CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO  
INFRALEGALISMO AUTORITÁRIO: O CASO DO CONANDA E A ADPF Nº 622

<b>Oscar Vilhena Vieira, Ana Laura Pereira Barbosa</b> .....	463
Introdução.....	463
1 Infralegalismo autoritário .....	464
2 As intervenções em colegiados .....	466
3 As modificações no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	471
4 A reação judicial .....	474
Conclusão.....	475
Referências .....	476

O STF E O DIREITO ADMINISTRATIVO DO CIDADÃO COMUM: O PODER DE  
POLÍCIA DE TRÂNSITO NA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL

<b>Patrícia Baptista, Leonardo Antoun</b> .....	479
1 Introdução: o direito administrativo se constitucionalizou e a Constituição precisa da Administração .....	479
2 O julgamento do RE nº 658.570: a pacificação judicial de uma movimentada controvérsia .....	480
2.1 Breve retrospectiva histórica da disputa .....	480
2.2 A construção da decisão colegiada e as premissas comuns das duas correntes de julgamento.....	483
3 A divergência majoritária à luz do direito administrativo contemporâneo .....	484
4 A jurisprudência entre permanência e inovação.....	487
Referências .....	488

BARROSO 10 ANOS: O FRASISTA, O PROFESSOR, O ADVOGADO, O JUIZ

<b>Patrícia Perrone Campos Mello, Teresa Melo</b> .....	491
Introdução.....	491
I Barroso 10 anos: o Frasista .....	492
II Barroso 10 anos: o Professor.....	493
III Barroso 10 anos: o Advogado .....	496
III.1 Vedação ao nepotismo (ADC nº 12, Rel. Min. Ayres Britto).....	496
III.2 Antecipação terapêutica do parto na hipótese de gravidez de feto anencefálico (ADPF nº 54, Rel. Min. Marco Aurélio).....	497
III.3 Reconhecimento de uniões homoafetivas como entidades familiares (ADPF nº 132, Rel. Min. Ayres Britto).....	498
IV Barroso 10 anos: o Ministro .....	498
IV.1 Direito das crianças adotadas à licença-maternidade equiparada à dos filhos biológicos (RE nº 778.889, Rel. Min. Luís Roberto Barroso) .....	499
IV.2 Direito das mulheres à interrupção voluntária da gestação em seu primeiro trimestre (HC nº 124.306, Red. Min. Luís Roberto Barroso).....	500
IV.3 Direito a uma educação plural inclusiva das pessoas LGBTQIA+ (ADPF nº 461, Rel. Min. Luís Roberto Barroso) .....	501
IV.4 Direitos dos negros a ações afirmativas em concursos públicos (ADC nº 41, Rel. Min. Luís Roberto Barroso) .....	501

IV.5	Direitos dos povos indígenas à vida, à saúde, ao território e à cultura durante a pandemia (ADPF nº 709 MC-Ref, Rel. Min. Luís Roberto Barroso)..	502
	Conclusão.....	504
	Referências .....	504

“GANHAMOS, MANÉ!”: O LEGADO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO COMO PERSONIFICAÇÃO DO ILUMINISMO E AFIRMAÇÃO DA RAZÃO

<b>Pedro Rubim Borges Fortes</b> .....	507	
1	Introdução.....	507
2	A trajetória de personificação dos valores do iluminismo .....	508
3	A defesa da interpretação constitucional como afirmação da razão.....	512
4	Considerações finais.....	514
	Referências .....	516

O PAPEL DO STF NA TUTELA DO FEDERALISMO FISCAL NO COMBATE À GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS

<b>Ricardo Lodi Ribeiro</b> .....	517	
1	Introdução .....	517
2	O federalismo fiscal brasileiro .....	517
3	Guerra fiscal entre os estados .....	522
4	Conclusão .....	525
	Referências .....	525

O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL: A GÊNESE DE UM DIREITO FUNDAMENTAL

<b>Rodrigo Brandão</b> .....	527	
1	Breves palavras sobre o homenageado.....	527
2	O artigo.....	529
3	A proteção à privacidade na Constituição de 1988: o otimismo frustrado .....	529
4	O início do reconhecimento doutrinário do direito fundamental à proteção de dados pessoais .....	531
5	Novas perspectivas na jurisprudência do STF .....	532
6	As fundamentalidades material e formal do direito fundamental à proteção de dados .....	535
	Referências .....	539

UMA IGUALDADE PARA VALER: A ATUAÇÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NA PROMOÇÃO DA EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL A PARTIR DOS VOTOS NA ADC Nº 41 E DA CTA Nº 0600306-47

<b>Adriana Cruz, Wallace Corbo</b> .....	541	
	Introdução.....	541
1	Breves notas sobre o constitucionalismo da efetividade no pensamento de Luís Roberto Barroso: a proposta de uma Constituição para valer.....	543
2	Uma igualdade para valer (1): aprofundando o debate acerca das ações afirmativas a partir de uma perspectiva de efetividade da política pública de promoção da igualdade racial .....	545
3	Uma igualdade para valer (2): combate à discriminação racial indireta e promoção das candidaturas negras no plano eleitoral .....	549
	Conclusão.....	550
	Referências .....	551

PARTE III  
HOMENAGENS DE SUA ASSESSORIA

COMBATE À DESINFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA A DEMOCRACIA: O LEGADO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

<b>Aline Osorio, Marco Antonio Martin Vargas, Tainah Rodrigues, Thiago Rondon</b> ....	555	
	Introdução: o legado da inovação para a proteção do processo eleitoral.....	555

I	Fundamentos da atuação da Justiça Eleitoral no combate à desinformação .....	558
II	O Programa de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral: organização e iniciativas .....	560
II.1	Antecedentes do programa .....	560
II.2	O Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020.	561
II.3	O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral .....	564
	Conclusão.....	566
	Referências .....	567

## O MINISTRO BARROSO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

<b>Ana Beatriz Robalinho</b> .....	569
Introdução .....	569
1    A valorização da negociação coletiva (RE nº 590.415).....	570
2    Esclarecimentos quanto à jurisprudência trabalhista do STF (RE nº 589.998 e ADI nº 3.395).....	571
3    A constitucionalidade da terceirização da atividade-fim e suas repercussões (ADPF nº 324, RE nº 635.546 e ADC nº 48).....	574
4    O Supremo em matéria trabalhista e a Constituição viva .....	577
Referências .....	578

## A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E O VOTO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NO MI Nº 4.733 E NA ADI POR OMISSÃO Nº 26

<b>Andre Luiz Silva Araujo, Carolina Luíza de Lacerda Abreu, João Costa-Neto, Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues</b> .....	581
I    Introdução. A questão submetida ao Supremo Tribunal Federal .....	581
II   A questão submetida ao Tribunal .....	583
III  A questão dogmática: a travessia do Rubicão .....	584
IV   O pensamento do Ministro Luís Roberto Barroso, e seu reflexo no voto proferido .....	586
V    Conclusão.....	589
Referências .....	590

## POR UM DIREITO PENAL MENOS SELETIVO: MINISTRO BARROSO E DECISÕES FUNDAMENTAIS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONTRA A CORRUPÇÃO

<b>Anthair Edgard Valente, Marcelo Costenaro Cavali</b> .....	591
1    Introdução.....	591
2    Inexigibilidade de demonstração de ato de ofício para caracterização do delito de corrupção passiva.....	592
3    Possibilidade de imposição de medidas cautelares diversas da prisão a parlamentares.....	594
4    Desnecessidade de autorização da Assembleia Legislativa para processamento dos governadores .....	595
5    Conclusão.....	597
Referências .....	598

## O PROFESSOR ENQUANTO MINISTRO: LUÍS ROBERTO BARROSO E O FORTALECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

<b>Beatriz Cunha</b> .....	601
Introdução .....	601
1    Ampliação do atendimento escolar.....	602
2    Melhoria da qualidade da educação .....	604
3    Redução das desigualdades educacionais .....	606
4    Preparando para o futuro: em busca de uma sociedade mais inclusiva por meio da educação .....	608
Conclusão.....	612
Referências .....	613

## EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA: A ADPF Nº 828

<b>Carina Lellis</b> .....	615
1 Introdução.....	615
2 Descrição da ação.....	615
3 As medidas cautelares .....	617
4 O regime de transição para a retomada de desocupações coletivas .....	618
5 A Comissão de Conflitos Fundiários .....	619
6 O novo olhar para o direito à moradia no Brasil .....	620
7 Conclusão.....	622

## O DIREITO À SAÚDE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO BARROSO

<b>Caroline Somesom Tauk</b> .....	623
Introdução .....	623
1 O giro empírico-pragmático nos litígios de saúde e as consequências das decisões .....	624
2 Medicamentos, deferência judicial e diálogo interinstitucional .....	628
3 Eficácia do medicamento à luz de evidências científicas e clínicas.....	631
Considerações finais.....	632
Referências .....	633

## ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: A RELEVÂNCIA COMO FUNDAMENTO ONTOLÓGICO DA ADPF

<b>Ciro Grynberg</b> .....	635
Introdução.....	635
Palavra ao homenageado.....	635
Apresentação do tema.....	635
I Metodologia.....	639
II ADPF: o objeto, os tipos, o parâmetro de controle e os requisitos da ação.....	640
II.1 O objeto da ADPF: controle de atos do Poder Público .....	640
II.2 Os tipos de ADPF: autônoma e incidental .....	643
II.3 O parâmetro de controle: o que é preceito fundamental .....	646
II.4 Os demais requisitos de cabimento da ADPF: a ofensa direta de preceito fundamental e a subsidiariedade .....	648
II.4.1 A ofensa direta de preceito fundamental.....	648
II.4.2 A inexistência de alternativa para tutela de preceito fundamental: subsidiariedade .....	650
III A jurisprudência do STF sobre ADPF: a incorporação de filtro de relevância..	654
Conclusão: o que pode ser objeto de controle e como se devem demonstrar os requisitos de admissibilidade da ação .....	657
Referências .....	658

## MULTAS TRIBUTÁRIAS E LIMITES PARA RESTRIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES: CONTROLE JUDICIAL DA PROPORCIONALIDADE E INDIVIDUALIZAÇÃO DA SANÇÃO

<b>Clara Moreira, Fernanda de Paula</b> .....	661
1 Introdução.....	661
2 As espécies de multas tributárias e a gravidade das condutas relacionadas a estas.....	663
3 Multas moratórias: desestímulo ao atraso e menor gravidade da conduta, limites e gradação da sanção.....	665
3.1 Proporcionalidade em função da gravidade do ilícito: o estabelecimento de limite máximo de 20% do valor do débito para multas de natureza moratória	667
3.2 Dimensionamento da multa em função do tempo de mora: a necessidade de previsão de multas progressivas .....	668
4 Multa por descumprimento de obrigação acessória: o tributo como base de cálculo e o condicionamento entre as penalidades.....	669
4.1 Dificuldades impostas pelas obrigações acessórias e evolução jurisprudencial .....	670

4.2	Multa isolada: a sistematização das multas em matéria tributária .....	671
4.3	Multa isolada: direcionamento à atuação do legislador .....	673
5	Conclusão.....	674
	Referências .....	675

## FIXAÇÃO DE TESES NO JULGAMENTO DAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

<b>Daniel de Oliveira Pontes</b> .....	677	
1	Introdução.....	677
2	A valorização dos precedentes no direito brasileiro .....	677
3	As dificuldades no tratamento de precedentes no direito brasileiro .....	679
3.1	A questão de cultura jurídica.....	679
3.2	A eficácia do precedente.....	681
3.3	O problema do modelo da tomada de decisão das Cortes .....	682
4	A fixação de teses de julgamento no quadro da formação de precedentes .....	683
4.1	Conceitos ligados aos precedentes.....	683
4.2	A introdução da fixação de teses no Supremo Tribunal Federal.....	684
4.3	A inserção das teses em ações de controle concentrado .....	685
4.4	Riscos e desafios da fixação de tese em processos de controle concentrado .....	686
5	Conclusão.....	688
	Referências .....	688

## BREVE NOTA SOBRE O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

<b>Eduardo Mendonça, Renata Saraiva, Thiago Magalhães Pires</b> .....	691
---	-----

## O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

<b>Inezil Penna Marinho Jr., Etiene Coelho Martins</b> .....	695	
	Introdução.....	695
1	Foro por prerrogativa no Supremo Tribunal Federal: um sistema disfuncional .....	696
2	O novo contorno para o foro por prerrogativa de função no STF: a contribuição do Ministro Luís Roberto Barroso na AP nº 937-QO .....	698
3	Desdobramentos da tese firmada na AP nº 937-QO: foro por prerrogativa de função em caso de sucessão de mandatos de parlamentar federal .....	699
4	Foro por prerrogativa de função previsto fora da Constituição Federal.....	701
	Conclusão.....	705
	Referências .....	706

## RELIGIÃO, PLURALISMO E LAICIDADE DO ESTADO: O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO E A LIBERDADE RELIGIOSA

<b>Estêvão Gomes</b> .....	709	
I	Introdução .....	709
II	Ensino religioso em escolas públicas (ADI nº 4.439) .....	711
III	Homeschooling (RE nº 888.815) .....	713
IV	Sacrifício de animais em religiões de matriz africana (RE nº 494.601).....	716
V	Vacinação obrigatória de crianças e adolescentes (ARE nº 1.267.879) .....	718
VI	Conclusão.....	719
	Referências .....	720

## ADI Nº 5.583 E A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

<b>Flávia Martins de Carvalho</b> .....	721	
1	Introdução.....	721
2	Síntese do caso.....	721
3	Principais teses apresentadas.....	722
4	O voto do Ministro Luís Roberto Barroso .....	723
4.1	Das despesas das pessoas com deficiência e dedução da base de cálculo do imposto de renda .....	725
4.2	Da alegada afronta às normas constitucionais .....	725
4.3	Da solução proposta.....	725

5	Impactos da decisão .....	726
6	Conclusão.....	726
	Referências .....	727

#### MINISTRO BARROSO E DESENHO INSTITUCIONAL DO STF

	<b>Frederico Montedonio Rego</b> .....	729
	Nota prévia .....	729
1	A revolução da brevidade .....	729
2	Circulação prévia dos votos .....	731
3	Votação de ementas e teses de repercussão geral .....	731
4	Antecedência das pautas e sessões de sustentação antes do julgamento.....	732
5	Divisão de competências entre o Plenário e as Turmas do STF .....	733
6	Ampliação do Plenário virtual.....	734
7	Alterações na repercussão geral .....	735
8	Reforço na colegialidade.....	738
9	Papéis institucionais do Supremo Tribunal Federal.....	738
	Conclusão.....	739
	Referências .....	739

#### MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA ELEITORAL

	<b>Jose Gilberto Scanducci Filho</b> .....	743
	Introdução.....	743
	Cooperação internacional e a imagem de integridade do sistema eleitoral .....	744
	Missões de observação eleitoral.....	745
	A batalha silenciosa pelos componentes eletrônicos da urna .....	748
	Considerações finais.....	750
	Referências .....	750

#### IGUALDADE DE GÊNERO NO DIREITO ELEITORAL: UM COMPROMISSO COM O EMPODERAMENTO FEMININO

	<b>Júlia Rocha de Barcelos</b> .....	751
1	Introdução.....	751
2	Expor a desigualdade.....	751
3	Interpretar o direito e assegurar a igualdade .....	753
3.1	Igualdade na disputa: recursos financeiros e tempo de rádio e TV .....	753
3.2	Garantia de recursos a candidaturas femininas: desvio como gasto ilícito de recursos .....	756
3.3	Candidaturas fictícias .....	757
4	Agir e promover a igualdade.....	759
5	Considerações finais.....	761
	Referências .....	761

#### UM DISCURSO SEDUTOR CONTRA MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: REPERCUSSÕES SOBRE A DESIGUALDADE E O ESTADO DE DIREITO

	<b>Juliana Florentino de Moura</b> .....	763
I	Introdução.....	763
II	Um discurso sedutor contra mudanças na Previdência Social .....	764
III	O que está por trás do discurso sedutor: a perpetuação da desigualdade.....	765
IV	O eco do discurso sedutor nos Tribunais e as repercussões para o Estado de direito .....	770
IV.1	Progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargo efetivo .....	772
IV.2	A nulidade das aposentadorias concedidas pelo RPPS com contagem recíproca de tempo prestado no RGPS sem contribuição.....	775
V	Conclusão.....	777
	Referências .....	778

PARTIDOS POLÍTICOS PARA UMA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA:  
CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

<b>Lara Marina Ferreira, Roberta Maia Gresta</b> .....	781
1 Introdução .....	781
2 Desafios do enfrentamento do tema partidário na democracia contemporânea.....	783
3 Não incidência do regime de fidelidade partidária ao sistema majoritário.....	784
4 Fidelidade partidária e movimentos suprapartidários .....	786
5 Federações partidárias .....	788
6 Outros destaques .....	790
7 Considerações finais.....	792
Referências .....	793

QUESTÕES RELEVANTES SOBRE A RECLAMAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>Leonardo Cunha, Rafael Gaia Pepe</b> .....	797
1 Nota prévia sobre o homenageado .....	797
2 Relevância do tema.....	797
3 Origem e evolução histórica.....	798
4 Natureza jurídica .....	800
5 As partes e sua legitimidade .....	802
6 Objeto.....	804
7 Decisão .....	806
8 Conclusão.....	808
Referências .....	808

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE RACIAL: UMA ANÁLISE DA ADC Nº 41 E DA CTA Nº 600306-47

<b>Leila Correia Mascarenhas Barreto, Luísa Lacerda</b> .....	811
Introdução.....	811
1 A centralidade das raças e o mito da democracia racial no Brasil.....	812
2 O princípio da igualdade e as ações afirmativas.....	814
3 O papel do Judiciário na promoção do princípio da igualdade .....	817
3.1 A política de cotas para negros em concurso público – ADC nº 41 .....	818
3.2 O fomento às candidaturas de pessoas negras nas campanhas eleitorais - Cta nº 0600306-47 .....	819
Conclusão.....	821
Referências .....	822

ADVOCACIA PÚBLICA, FEDERALISMO E DEVIDO PROCESSO LEGAL

<b>Luis Felipe Sampaio</b> .....	825
1 Ministro Barroso no STF: do conhecimento e experiência adquiridos em sua origem na Advocacia Pública aos dez anos de julgamentos sobre o tema.....	825
2 Breve análise de alguns julgados relativos à Advocacia Pública como função essencial à Justiça.....	826
3 Federalismo e devido processo legal .....	828
4 Considerações finais .....	833
Referências .....	833

TRIBUTAÇÃO E FENÔMENOS TECNOLÓGICOS: DESAFIOS DA ECONOMIA DIGITAL E JURISPRUDÊNCIA DA SUPREMA CORTE BRASILEIRA

<b>Mario Augusto Carboni</b> .....	835
1 Introdução.....	835
2 Contexto fático: tecnologia e economia digital.....	835
3 Desafios da tributação da renda no contexto da economia digital .....	838
4 A tributação do consumo e os fenômenos tecnológicos .....	843
5 Tributação de fenômenos tecnológicos e o Supremo Tribunal Federal: os <i>softwares</i> no âmbito da tributação incidente sobre o consumo.....	846
6 Conclusão.....	851
Referências .....	852

## DISFUNÇÕES DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA PROTEÇÃO DA SOBERANIA POPULAR

<b>Marluce Fleury Flores</b> .....	855
1 Introdução.....	855
2 O ativismo judicial na transformação do sistema político .....	857
2.1 Os casos emblemáticos em matéria de reforma eleitoral julgados pelo STF .....	859
3 A atuação do Tribunal Superior Eleitoral na reforma eleitoral .....	861
3.1 Propostas do grupo de trabalho (GT) sobre a reforma do sistema eleitoral.....	862
4 Conclusão.....	864
Referências .....	864

## A FUNDAMENTALIDADE DO NÚCLEO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS: UMA AFIRMAÇÃO DE GRANDE IMPACTO

<b>Marcelo Leonardo Tavares, Odilon Romano Neto</b> .....	867
1 Introdução.....	867
2 A afirmação.....	868
3 A dimensão fundamental da previdência e o valor moral da solidariedade ....	869
4 A dimensão contributiva da previdência e seu equilíbrio atuarial .....	870
5 A relação entre fraternidade, solidariedade e equilíbrio atuarial na estruturação dos direitos previdenciários.....	873
6 Conclusão.....	876
Referências .....	876

## PELA IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS: UMA BREVE ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO PARA A CORREÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCONSTITUCIONAIS

<b>Simone Trento, Nina Pencak</b> .....	879
1 Introdução: sobre o homenageado e a escolha do tema .....	879
2 RE nº 778.889: a equiparação entre a licença-gestante e a licença-adoptante .....	880
3 RE nº 576.967 e ADI nº 5.422: o pioneirismo do Ministro Luís Roberto Barroso na análise dos efeitos tributários sobre a igualdade de gênero.....	883
3.1 O RE nº 576.967: a inconstitucionalidade da imposição de óbices ao acesso da mulher ao mercado de trabalho .....	884
3.2 ADI nº 5.422 e o imposto de renda sobre pensão alimentícia: uma questão de gênero .....	887
4 Considerações finais e conclusões.....	889
Referências .....	890

SOBRE OS AUTORES.....	891
-----------------------	-----